

Aviso n.º 17575/2010

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 07/01/2010, à trabalhadora Emília Jesus Teixeira Pereira Barroso que se encontrava de licença sem vencimento por um ano desde 01 de Janeiro de 2009, foi concedida licença sem remuneração ao abrigo do disposto no artigo 234.º Anexo I da Lei n.º 59/2008, de 11/09, que aprova RCTFP, a partir de 01 de Janeiro de 2010.

Paços do Município, 27 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

303638597

Aviso n.º 17576/2010

Nos termos do prescrito no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que, por meu despacho de 27 de Agosto de 2010 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Cláudia Manuela Freitas Lopes, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior, área de actividade de biblioteca e documentação, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2010, e remuneração da 2.ª posição, nível 15, da tabela remuneratória única.

Paços do Município de Braga, 31 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

303645149

MUNICÍPIO DE CASTELO DE VIDE**Aviso n.º 17577/2010**

De harmonia com o estabelecido no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro publica-se a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum para a contratação por tempo indeterminado de um encarregado operacional, homologada em 25 de Agosto corrente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. O referido procedimento concursal foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 30 de Março de 2010 — Aviso n.º 6561/2010.

Lista unitária de ordenação final

- 1.º Fernando Ferreira de Bastos — 17,12 valores.
- 2.º João da Cruz Semedo Ribeiro — 11,25 valores.
- 3.º João Manuel da Silva — 10,50 valores.

Excluídos:

Por terem faltado à prova de conhecimentos:

Bruno Ricardo Saraiva Ribeiro.
Hugo Jaime Lobo de Barros.
Miguel de Jesus Mateus.

Por ter tido menos de 9,5 valores na prova de conhecimentos:

João Manuel dos Santos Cardoso.

Castelo de Vide, 26 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *Dr. António Manuel Grincho Ribeiro*.

303638564

Aviso n.º 17578/2010

Lista unitária de ordenação final — Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público em contrato de trabalho a termo certo pelo prazo de 1 ano, eventualmente renovável — Preenchimento de um posto de trabalho de sapor florestal.

De harmonia com o estabelecido no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro publica-se a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum para a contratação a termo certo pelo prazo de um ano de um sapor florestal, homologada em 25 de Agosto corrente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. O referido procedimento concursal foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76 de 20 de Abril de 2010 — Aviso n.º 7879/2010.

Lista unitária de ordenação final

- 1.º Joaquim Maria Mourato Quintans — 17,43 valores.
- 2.º Fernando Palma Silva Pereira — 16,37 valores.

3.º José Manuel Samarra Carapeto — 13,10 valores.

4.º Dario Tomás Reis Luís — 12,73 valores.

Excluído (por ter faltado à entrevista de avaliação de competências):

— Hugo Jaime Lobo de Barros.

Castelo de Vide, 27 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *(Dr. António Manuel Grincho Ribeiro)*.

303639982

MUNICÍPIO DE CASTRO DAIRE**Aviso n.º 17579/2010****Procedimento concursal comum para a contratação por tempo indeterminado de quatro técnicos superiores**

1 — Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Lei n.º 3-B/2010 de 28/04 e pela Lei n.º 12-A/2010 de 30/06, torna-se público que, por despacho do signatário, exarado em 14 de Julho de 2010 e com parecer favorável autorizado pela deliberação camarária datada de 13/07/2010, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum, para contratação por tempo indeterminado, no regime de contrato de trabalho em funções públicas, tendo em vista o preenchimento de quatro postos de trabalho na categoria de Técnicos Superiores, da carreira geral de Técnico Superior, previstos no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Castro Daire, para exercer funções no Município.

2 — Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — Do total do número de postos de trabalho, um é reservado para candidatos com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

4 — Ao presente procedimento concursal serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro e as alterações respectivas da Lei n.º 3-B/10 de 28/04 e Lei n.º 12-A/2010 de 30/06.

5 — Prazo de validade: o presente procedimento concursal é válido para o preenchimento dos quatro postos de trabalho a ocupar e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6 — Local de trabalho:

Referência A) — Sede do Município;
Referência B) — Sede do Município;
Referência C) — Piscinas Municipais.

7 — Caracterização dos postos de trabalho:

Técnicos Superiores:

Ref.ª A) — Planeamento e Gestão Financeira:

Preparar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e as suas revisões e alterações, assegurando a racionalização das dotações relativas às despesas de funcionamento; Acompanhar a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano; Propor orientações e procedimentos que decorram da aplicação dos diplomas legais e regulamentares que envolvam a receita e a despesa; Elaborar instruções tendentes à adopção de critérios uniformes à contabilização das receitas e das despesas; Elaborar estudos, análises e informações de âmbito económico e financeiro; Elaborar relatórios de gestão e relatórios trimestrais da actividade financeira; Definir rácios de gestão e de avaliação da execução económico-financeiro; Desenvolver um sistema de contabilidade de custos, de modo a determinar custos totais (directos e indirectos) de cada serviço, função, actividades e obras municipais e apoiar na fixação de tarifas e taxas; Estudar, propor e aplicar coeficientes de imputação de custos indirectos a cada função; Acompanhar a evolução dos limites da capacidade de endividamento; Organizar e informar os processos relativos à contratação de empréstimos; Proceder ao registo de todos os contratos, protocolos e